

O DIALETO CAIPIRA, DE AMADEU AMARAL: DISCURSO FUNDADOR
E ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Vanise Gomes Medeiros
Universidade Federal Fluminense
Thiago Mattos de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Nosso objeto de análise neste artigo é *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Publicado em 1920, o livro de Amaral inscreve-se como um dos primeiros estudos dialetológicos do Brasil. Antecedendo a Semana de 22, Amaral estuda falares brasileiros e centra-se em São Paulo, indicando aí o dialeto caipira. Nosso objetivo é analisar aquilo que vai sendo desenhado como dialeto caipira e refletir sobre nossas duas hipóteses: até que ponto o livro de Amaral constituiria um discurso fundador e até que ponto constituiria um acontecimento linguístico. Temos como aporte teórico a Análise do Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: dialeto caipira; Amadeu Amaral; Análise do Discurso; História das Ideias Linguísticas; discurso fundador; acontecimento.

ABSTRACT: *Our object of analysis is “O dialeto caipira”, written by Amadeu Amaral. Published in 1920, Amaral’s founds dialectology studies in Brazil. Amaral focuses on Sao Paulo, looking at the “dialeto caipira”. Our goal is to examine what is being designed as “dialeto caipira”. The reading of “O dialeto caipira” led us to two hypotheses: if “O dialeto caipira” can be considered as a founding discourse and an event language. We use Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas.*

KEYWORDS: *Discourse analysis; History of linguistic ideias; Amadeu Amaral; dialeto caipira; dialectology*

Assim como nós criamos as línguas, também as línguas criam a nós
Agualusa, 2010

Precisamos descobrir o Brasil
Drummond, 1936 (2002)

O dialeto caipira, de Amadeu Amaral, obra capital nos estudos de dialetologia no Brasil, foi publicado em 1920, data já perfeitamente inserida nos debates que eclodirão com a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. Os debates em torno daquilo que significa, nos dizeres de Drummond (2002, p. 51) quatorze anos após a Semana, “descobrir o Brasil” (o verso “Precisamos descobrir o Brasil”, com seus respectivos e significativos desdobramentos “Precisamos educar o Brasil”, “Precisamos louvar o Brasil”, “Precisamos adorar o Brasil” e, finalmente, “Precisamos esquecer o Brasil”, fechando esse eixo vertical de dizeres indicadores dessa necessidade de re-significar o Brasil) ganham força. Não é somente no mundo literário (ou, melhor dizendo, no mundo das artes) que o debate ocorre. N’*O dialeto caipira*, por exemplo, Amadeu Amaral se impõe a tarefa (hercúlea e germinal) de capturar e descrever um suposto falar “original” do “caipira”, falar esse que, se chegou a dominar grande parte de São Paulo, agora (assim identifica o autor) estaria, pela força do progresso, significativamente reduzido:

“É de todos sabido que o nosso falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem. [...] O processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos, que partiram os fios à continuidade da sua evolução” (Amaral, 1920, p. 1, grifos do autor)

Já aqui, com efeito, começamos a observar o que vai sendo identificado e significado como “dialeto caipira” e seu falante. Começamos a identificar, aí, uma memória em que Amadeu Amaral se inscreve, tecendo relações com uma ampla rede de filiações e modos de significar a língua do/no Brasil e o falar do brasileiro. Caberia perguntarmo-nos, ao mesmo tempo, se já não estamos identificando em Amaral um modo de significar essa língua que, afinal, permanecerá naturalizada num determinado imaginário em torno de língua do/no Brasil, em que se torna *evidente* e *natural* que tal falar e os “falares regionais”, por assim dizer, só podem estar do lado do erro, do equívoco, do desvio; organismo contaminado e que contamina, organismo sempre lacunar, em que se verifica uma falta em relação à língua-matriz de Portugal.

Lançar um olhar sobre o que o filólogo dizia nos momentos que circundam a Semana é, nesse sentido, lançar um olhar sobre o que Ferreira e Cardoso (1994) chamam de passagem da primeira fase para a segunda fase dos estudos dialetais no Brasil, inaugurada com *O dialeto caipira*, em 1920. Na visão de Guimarães (2006), o binômio Amadeu Amaral-Antenor Nascentes estará perfeitamente aliado à segunda fase de gramatização do português brasileiro. Esclareça-se que, ao falarmos de gramatização, conceito de Auroux (1992: p. 65) – “processo que conduz a *descrever e instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” –, entendemos como um processo que funciona “como instrumento de estabilização, pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e polêmicas em torno da língua que falamos” (Pfeiffer, 2001, p. 168). Para Guimarães (2006), o primeiro período de gramatização do português brasileiro caracteriza-se por uma ausência de estudos de língua portuguesa realizados no Brasil; o segundo período, ainda que sejam mantidas posições defensoras de unidade entre o português lusitano e o português brasileiro, aponta para estudos sobre o português do Brasil, olhando para aquilo que se coloca como nacional; o terceiro período é marcado pela fundação dos cursos de Letras no Brasil, que passam a funcionar como espaços de pesquisas em torno da linguagem; o quarto período, finalmente, caracteriza-se pela presença obrigatória da linguística nos cursos de graduação de Letras e pela criação dos programas de pós-graduação em linguística no Brasil. Ao falarmos d’*O dialeto caipira* como pertencente à segunda fase, estamos falando de estudos *sobre* língua do/no Brasil na década de 1920, momento em que “institucionaliza-se convenientemente a relação do brasileiro e do Brasil com a língua nacional, e a nossa sociedade organiza-se diante de suas necessidades de representação científica” (Orlandi, 2002, p. 159). A relação agora se dá “entre brasileiros e brasileiros (incluindo, excluindo, valorizando, hierarquizando, estigmatizando, explicando)” (*idem*, p. 161); o olhar volta-se para aquilo que, dentro da unidade, varia. O que não significa, no entanto, que não seja possível perceber n’*O dialeto caipira* um sujeito que fala em grande medida do lugar do português, caracterizando o “dialeto caipira” a partir de uma posição de quem fala do lugar do lusitano, significando o “dialeto” do lugar da corrupção, da contaminação, da falta, do inculto, dos “roceiros ignorantes e atrasados” (Amaral, 1920, p. 1).

Debruçamo-nos n’*O dialeto caipira* como tentativa de ali esboçarmos um desenho discursivo, identificando posições-sujeito, sentidos atribuídos ao “dialeto caipira”, à língua do/no Brasil e questionando-nos com que força

Amaral funda uma discursividade em torno de língua em solo brasileiro. Foi com surpresa que deparamo-nos com um curioso exercício proposto no livro didático *Português: Linguagens – 6º ano*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães:

- “A professora disse para a Mariazinha:
- Mariazinha, me dê um exemplo de verbo.
- Bicicreta! – respondeu a menina.
- Não se diz ‘bicicreta’, e sim ‘bicicleta’. Além disso, bicicleta não é verbo. Pedro, diga você um verbo.
- Prástico! – disse o garoto.
- É ‘plástico’, não ‘prástico’. E também não é verbo. Laura, é sua vez: me dê um exemplo correto de verbo – pediu a professora.
- Hospedar! – respondeu Laura.
- Muito bem! – disse a professora.
- Agora, forme uma frase com esse verbo.
- Os pedar da bicicreta é de prástico!”

[...]

10. Esse tipo de fenômeno é característico de uma variedade linguística. Que tipo de variedade, na anedota, os três alunos utilizam?” (Cereja; Magalhães: 2010, p. 97)

Após a reprodução da anedota em torno do “mau uso” da língua portuguesa, é perguntado que tipo de variedade linguística é utilizada na anedota. A resposta, indicada no “livro do professor”, é curta, direta, sem deixar espaços para divagações: “Utilizam o dialeto caipira” (*idem*, p. 98). Contraditoriamente tomados de surpresa, alegria e indignação, decidimos que era inevitável trazeremos tal exercício, articulado à nossa análise d’*O dialeto caipira*. Afinal, ele denunciava a força de um determinado imaginário sobre língua do/no Brasil e sobre o próprio falar do brasileiro, força daquilo que encontramos em Amadeu Amaral permanecendo no imaginário acerca de língua do/no Brasil e, mais especificamente, acerca de “dialeto caipira”. Cereja e Magalhães expõem, com tal proposta de exercício, a força de uma discursividade que faz significar “dialeto caipira” e “falante caipira” do lado do erro, da anedota e do desvio. Dito de outro modo, Cereja e Magalhães atestam a permanência no imaginário de algo que se denomina “dialeto caipira”. Resta sabermos, no entanto, que dialeto caipira é esse.

Ao nos colocarmos no lugar teórico da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux), compreendemos um instrumento de produção de conhecimento metalinguístico (estando *O dialeto caipira* inevitavelmente aí incluído) como discurso, como objeto simbólico e histórico, e não apenas como trabalho “imparcial objeto descritivo”. É olhando para o texto que identificamos os movimentos ideológicos, as posições-sujeito, a memória discursiva. Para a Análise do Discurso, falar já é tomar posição, na medida em que, como nos lembra Mariani,

“usar uma palavra é não usar outra, é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer. Falar é inscrever-se em redes históricas e sociais de produções de sentidos que antecedem ao próprio ato em si, e cuja memória nem sempre se depreende com nitidez” (Mariani, 2004, p. 40)

Interessa, pois, “a compreensão histórica dos processos de produção de sentidos” (*idem*, p. 40). O discurso passa a ser “efeito de sentido entre interlocutores” (Pêcheux apud Orlandi, 2010, p. 14), o que significa assumir um olhar outro sobre a linguagem, que é deslocada de seu lugar de instrumento de transparente comunicação para um lugar em que discurso é efeito de sentido entre interlocutores que estão, acrescentemos, social e histórica e ideologicamente situados. Ao abordarmos discursivamente *O dialeto caipira*, estamos ao mesmo tempo filiando-nos à História das Ideias Linguísticas tocada pelo aparato teórico da Análise do Discurso: analisamos discursos da e sobre a língua, trabalhando, de um lado, “com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida” (Orlandi, 2001, p. 16), e, de outro, com “a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem” (*idem*, p. 16), situando-nos na posição de estudiosos especialistas da linguagem. Dessa articulação Análise de Discurso/História das Ideias Linguísticas advém um modo de abordagem do objeto que “leva em conta a historicidade dos sentidos e dos saberes linguísticos” (Nunes, 2006, p. 17).

1. *O dialeto caipira*: imaginário acerca de língua do/no Brasil

O dialeto caipira, publicado por Amadeu Amaral em 1920, iniciará os estudos dialetológicos no Brasil. Se falamos em termos de Europa, no entanto, o estudo dos dialetos vem a se consolidar já no século XIX, graças sobretudo à obra *Os falares da França* (1888), de Gaston Paris, apontando para a neces-

cidade de serem estudados os *patois* franceses, “em via de descaracterização pelo acelerado processo de nivelamento cultural” (Brandão, 1991, p. 8). Gaston Paris, imerso no ambiente positivista que então dominava as ciências, chamava a atenção para a necessidade de que as descrições dialetais seguissem o mesmo rigor metodológico que era aplicado às “ciências naturais”. Tal concepção de ciência (e, mais especificamente, de trabalho de descrição dialetal) parece emergir em Amadeu Amaral décadas depois: “estudos sérios, positivos, minuciosos” (Amaral, 1920, p. 2), defende o filólogo brasileiro, acrescentando, ainda, que aqueles que dali em diante se dedicarem aos estudos dialetológicos devem ser “observadores imparciais, pacientes e metódicos [...] banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (*idem*, p. 2). A concepção de ciência de Amaral traz, pois, uma memória positivista europeia, em que um mesmo sentido de ciência (e de fazer ciência) pode (e deve) ser aplicado, em iguais níveis e condições, para as ciências naturais e para as ciências humanas. Exige-se daquele que descreverá aspectos dialetológicos o mesmo rigor metodológico (e, pode-se dizer, o mesmo *método*) que se exige do cientista natural; o positivismo, nesse sentido, trabalha como fundo necessário e indispensável para se significar a ciência e o fazer científico, sempre apontando para uma necessidade de que tudo seja “pessoalmente apanhado em uso, na boca de indivíduos desprevenidos” (*ibidem*, p. 3).

Aquilo que Amadeu Amaral se propõe a fazer é tentar dar conta de aspectos fônicos, mórficos, sintáticos e lexicais daquilo que indica como “dialeto caipira”, significado como “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo” (*ibidem*, p. 2). Começamos a tocar, com efeito, naquilo que entendemos como um dos pontos fundamentais para se procurar compreender os sentidos para língua do/no Brasil trazidos pela obra *O dialeto caipira*, a saber, a denominação para algo que ocorre em termos linguísticos no Brasil e para o que vai ser denominado como “dialeto caipira”. É preciso, olhando para esse jogo de denominações para a língua do/no Brasil e para o “dialeto caipira”, destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, não há nomeação para língua do/no Brasil. Amaral nomeia “português europeu” ou “português de Portugal” e silencia quanto ao nome de uma língua em território brasileiro. Ao se referir à língua do/no Brasil, Amaral jamais a chamará de *língua*, trata-se de dialeto: “Tivemos até vinte anos a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado” (Amaral, 1920, p. 1). Opera, nesse modo de nomear a língua que aqui (o)corre, uma memória portuguesa que toma como ponto de referência o português de Portugal, espécie de “língua materna” da língua do Brasil, que não pode ser senão “dialeto”, variação da

matriz lusitana. Trata-se, vale destacar, de um bom dialeto do “português de Portugal (“dialeto bem pronunciado”), que faz prenunciar no “mal dialeto”.

Em segundo lugar, nomeia como “dialeto caipira” o “linguajar dos naturais”, posto como do lugar dos “vícios”, do “caipirismo”, do “falar caipira” próprio de “roceiros ignorantes e atrasados” e que só sofreria modificações com a chegada do “progresso”, do trabalho assalariado e da “civilização”.

Em rápidas palavras, há uma divisão que comparece com a denominação “dialeto caipira”. Este é parte do “dialeto bem pronunciado”, língua falada que se corrompeu. Então o que aqui se fala não é língua, mas parte dela, isto é, dialeção da língua portuguesa, e o “falar caipira” resulta de deturpação daquilo que já era cópia – ainda que bem feita - de uma língua. Ou seja: a língua falada no Brasil é posta como dialeção, reprodução (imperfeita) da língua-matriz lusitana. O “dialeto caipira” é da ordem do vício, da corrupção, do atraso.

A questão da nomeação da língua falada em solo brasileiro surge no século XIX, com a polêmica de “como separar o que já era brasileiro do que permanecia português” (Eliá, 2003, p. 140). Tensão, aliás, não resolvida que adentra o século XX. É do século XIX que data, pode-se assim considerar, o início do processo de gramatização do português brasileiro, estendendo-se pelo século XX (Guimarães, 1996). Na já mencionada proposta de Guimarães (1996; 2006), *O dialeto caipira* estaria precisamente na segunda fase da gramatização do português brasileiro, em que figurará o binômio Amaral-Nascentes.

O trabalho de Amadeu Amaral está inserido nessa fase de gramatização do português brasileiro e desempenha importante papel no processo, na medida em que *O dialeto caipira* funciona como instrumento que, de uma forma ou de outra, diz da língua no Brasil; dá contornos ao que que denomina “dialeto caipira” e, assim, estanca em certo momento e aprisiona, como faz qualquer descrição, um certo falar. E o faz assumindo, na maior parte das vezes, o lugar do sujeito português, a partir do qual a “língua portuguesa” tem como referente a língua portuguesa *de Portugal*:

“É de todos sabido que o nosso falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria cultura. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência” (Amaral, 1920, p. 1);

“Foi o que criou aos paulistas [...] a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem” (*id.*, p. 1);

“Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados...” (*ib.*, p. 1).

No Brasil há a “dialetação portuguesa”, o “linguajar”, o “falar”, a língua das variações. E, dentro dessas variações, “um aspecto da dialetação portuguesa em São Paulo”; isto é: o “dialeto caipira”, representado num jogo parafrástico que o coloca no lugar da corrupção, da contaminação, do atraso. O caipira “representante genuíno da espécie” (ibidem, p. 2) é significado, como “espécie rara” (denominação que faz ecoar um discurso “biologizante” positivista), dadas as transformações do meio, que passou a entrar no movimento do “progresso”, um dos responsáveis por interromper o “processo dialetal caipira”, ao lado da introdução da “instrução” e da “educação”, que “vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos” (ibidem, p. 2). Com efeito, ao assumir frequentemente a posição-sujeito do português, inscreve a língua nacional numa memória que a representará irremediavelmente no lugar “da corrupção, do desvio, do erro” (Pfeiffer, 2001, p. 172).

Diríamos que Amadeu Amaral inscreve-se naquilo que Pfeiffer chama de “quarto eixo” (Pfeiffer, 2001, p. 180) das polêmicas acerca de língua nacional nos séculos XIX e XX. À guisa, de explicação, no primeiro eixo, encontra-se uma diferenciação entre língua de Portugal e língua do Brasil, sendo esta última, no entanto, jamais nomeado como “língua brasileira”, mas somente como “nossa língua”; no segundo eixo, verifica-se uma posição de enunciação de um sujeito português falando sobre a língua do/no Brasil; a língua de Portugal conserva-se no lugar da legitimidade, enquanto a do Brasil, no lugar do desvio; no terceiro eixo, encontra-se um sujeito brasileiro que reivindica a língua portuguesa como *sua* língua, encarando-se a língua portuguesa como viva em ambos os territórios (Portugal e Brasil); no quarto eixo, por fim, tem-se a perspectiva de que no Brasil há “Brasis”, deslocando-se o olhar, pois, para a diversidade dentro do próprio território brasileiro. É aí que podemos situar Amaral, por um lado, na medida em que trabalha uma identidade para a língua em solo brasileiro que rompe, até certo ponto, a referência a Portugal; tem-se um Brasil que é muitos; tem-se “Brasis” com muitos e variados espaços de realização da língua nacional, admitindo diferenças:

“O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal” (Amaral, 1920, p. 2).

Por outro lado, a denominação “linguajar brasileiro”, de qualquer modo, permanece no lugar da dispersão, da corrupção e da regionalização, em opo-

sição “à denominação de ‘língua portuguesa’ que entra em jogo parafrástico com ‘unidade’, ‘elemento da alta literatura’, ‘a escrita’” (Pfeiffer, 2001, p. 182). Isso significa que, ainda que Amadeu Amaral tenha um gesto de olhar para a diversidade do próprio Brasil (isto é, para os Brasis do Brasil), inscreve-se, a despeito desse gesto, na posição-sujeito do português, significando o “linguajar” do Brasil (e especificamente o “dialeto caipira”) no lugar da deturpação da língua-matriz lusitana.

Ao nomear e descrever o “dialeto caipira”, Amadeu Amaral inscreve-se fundamentalmente numa memória portuguesa acerca de língua do/no Brasil, colocando-se em grande medida em aliança com o dizer do colonizador lusitano. Ao olhar para a língua do Brasil (e, mais especificamente, para um aspecto dialetológico da língua do Brasil), toma como ponto básico de referência a língua portuguesa de Portugal, identificada como matriz, lugar de estruturas estabilizadas e legítimas. O “dialeto caipira” quase extinto, segundo Amaral, pelo “movimento do progresso” (com a mão-de-obra dos imigrantes brancos), resta “encantado” em redutos em que o progresso ainda não chegou com efetiva força, na boca de falantes analfabetos do interior atrasado.

No entanto, como vimos com o exercício proposto no livro de Cereja e Magalhães, ele permaneceu; e permaneceu com a força da exclusão, afinal, tal é a força desses sentidos para “dialeto caipira”, língua e falar do brasileiro, sentidos tomados como naturais, evidentes, óbvios; sentidos tomados, nos dizeres de Mariani, “como verdades indiscutíveis e muitas vezes tomadas como naturais ou universais [...] Este é o mecanismo ideológico que obriga o sujeito a repetir ‘x’ sem nem se dar conta de que poderia dizer ‘y’ ou, até mesmo, querer dizer ‘z’” (Mariani, 2004, p. 2).

2. Discurso fundador e acontecimento

A leitura d’*O dialeto caipira* nos levou a duas hipóteses: até que ponto o livro de Amaral constituiria um discurso fundador e até que ponto constituiria um acontecimento linguístico. Tais hipóteses advieram das discussões acerca do livro, do material de Cereja trazido por Mattos e das inquietações e questões de Medeiros: em que medida podemos dizer que *O dialeto caipira* funda uma discursividade? Com que força aquilo que encontramos em Amadeu Amaral permanece no imaginário acerca de língua do/no Brasil e falar do brasileiro? Antes de prosseguir, é preciso, então, situar discurso fundador e acontecimento linguístico.

O que caracteriza o discurso fundador é, nos dizeres de Orlandi, o fato de que ele

“cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. [...]Esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significante – apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo.” (Orlandi, 1993, p. 13)

A partir desse funcionamento, o discurso fundador cria uma “tradição de sentidos”, e projeta-se tanto para o antes quanto para o depois, produzindo o efeito de evidência (trabalhada pela ideologia). Dito de outro modo, o discurso fundador reformula uma memória discursiva, (re)significando-a. A partir dele – que, vale salientar, não se entende como um discurso original nem como um discurso primeiro, mas como um discurso que se articula como origem ao reorganizar significativamente a memória (Medeiros, 2003) –, instaura-se uma discursividade que trabalha projetando-se para o futuro e, por conseguinte, apagando o processo de reformulação de um passado. Nos dizeres de Orlandi:

“é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade”. (Orlandi, 1993, p. 24)

Um discurso fundador pode ou não ser da ordem do acontecimento. O acontecimento, conforme Pêcheux, é “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17), momento em que um fato – sem esquecer que “os fatos reclamam sentido”, como nos lembra P. Henry (1994, p. 51) – precisa ser significado (conforme o próprio exemplo de Pêcheux, podemos citar o episódio da eleição de Mitterrand na França, constituindo um fato que surge e precisa ser significados). O acontecimento aponta para aquilo que é “acidental, singular, descontínuo, não previsível” (Mariani, 1998), ao mesmo tempo em que “a necessidade interpretativa busca integrá-lo, transformando-o em novos elementos da memória” (*idem*); dito de outro modo, subsiste à dispersão do acontecimento a necessidade de significá-lo e necessariamente integrá-lo a uma rede de sentidos. Orlandi vai introduzir a noção de acontecimento linguístico¹

1 Orlandi o faz a partir da noção de acontecimento discursivo em Malidier e Guilhaumou. A esse respeito, conferir Malidier e Guilhaumou (1989), Mariani (2004), Medeiros (2010).

para “nomear especialmente, um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua (nacional)” (Orlandi, 2002, p. 32).

Estamos então considerando *O dialeto caipira* como um acontecimento linguístico em função da tensão da nomeação - por um lado, o gesto de nomear e demarcar consiste em um acontecimento na língua, por outro, este não sem a tensa memória da língua do colonizador -, e como um discurso fundador sobre o que vai significar doravante “dialeto caipira”.

Com Amaral, funda-se um lugar dentro e fora da língua: dentro na medida em se põe como parte de outra língua - no caso, corrompida -, fora, na medida em que é parte que não se quer nem deve falar - erro a ser evitado e que irá terminar com a colonização branca chegando:

Desapareceu quase por completo a influência do negro, cujo contato com os brancos é cada vez menor e cuja mentalidade, por seu turno, se modifica rapidamente. [...] A instrução e a educação, hoje muito mais difundidas e mais exigentes, vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos. (Amaral, 1920, p. 2)

Daí propormos seu livro como um discurso fundador sobre um certo falar. Já entendê-lo como acontecimento linguístico adveio da nomeação - dialeto caipira - e do aprisionamento disso que se intitula como dialeto caipira através da apresentação do que seriam suas características fonéticas, morfológicas, sintáticas e lexicais. Nome e contorno o fazem um acontecimento linguístico a partir de agora nomeado e circunscrito. Dito de outra maneira, com Amadeu Amaral que se institui e se nomeia uma porção de língua em solo brasileiro, caracterizando-a e, por assim dizer, instaurando um desenho sobre um certo falar que, ao mesmo tempo, gera uma memória, entendida como “*aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.*” (Pêcheux, 1999, p. 52). Resumidamente definindo, é um saber que permite que aquilo que é dito faça sentido, sendo tal saber algo dito anteriormente, em outro lugar, mas que continua servindo de lugar em que os dizeres se inscreverão.

Nossa pergunta sobre até que ponto *O dialeto caipira* consistiria em um acontecimento linguístico adveio ainda da tênue relação entre discurso

fundador e acontecimento. O discurso fundador, como Orlandi (1993) propõe, não rompe com um passado: reorganiza-o, promovendo outras filiações; dito de outro modo, o discurso fundador rearranja uma memória e funda uma discursividade, estabelecendo aí um pré-construído, ou seja, “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 1999, p. 31); a partir dele instauram-se discursividades, que podem ou não a ele se referir. O acontecimento, ao contrário, se faz na hiância entre o não sentido e o sentido; estabelece-se no espaço de ruptura; é da ordem daquilo que irrompe e reclamada sentidos; melhor dizendo: é um real a ser capturado e significado pelo imaginário.

Julgamos possível, como já dissemos, considerar *O dialeto caipira* como discurso fundador e acontecimento linguístico na medida em que, ao mesmo tempo em que instaura uma discursividade sobre determinado aspecto da língua do/no Brasil (isto é, o dialeto caipira), denomina e delimita uma região dessa língua, instaurando um desenho sobre certo falar; Amadeu Amaral, com efeito, dá para esse (por ele assim nomeado) “dialeto caipira” um contorno fonético, sintático, lexical. Trata-se de um gesto de nomear e caracterizar essa porção da língua do/no Brasil; de um gesto de instaurar e descrever esse dialeto; de um gesto de dar contornos e nomear esse dialeto, gerando uma memória. Resta a questão, no entanto, de que desenho é esse que Amadeu Amaral institui e descreve; que aspectos são por ele trazidos. Isto nos levou a analisar de que língua do/no Brasil e de que “dialeto caipira” está se falando; que dialeto Amadeu Amaral está *instituído*, nomeando e descrevendo.

3. O desenho d’*O dialeto caipira*

Aquilo a que Amadeu Amaral se propõe é procurar dar conta de aspectos fônicos, mórficos, sintáticos e lexicais do “dialeto caipira”, entendido como “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo” (Amaral, p. 2). O que Amaral faz é, como mostramos, dar um contorno a esse dialeto, nomeando-o, dando-lhe lugar, descrevendo-o, como do lugar dos “vícios”, do “caipirismo”, ao “falar caipira” próprio de “roceiros ignorantes e atrasados” e que só sofreria modificações com a chegada do “progresso”, do trabalho assalariado e da “civilização”. Essas marcas retornam permanentemente, seja no momento de tratar dos aspectos fônicos do dialeto caipira, seja no momento de tratar dos aspectos lexicais. No que se refere à caracterização da fonética,

“o tom geral do frasear [do dialeto caipira] é lento e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa” (*idem*, p. 4).

Lentidão e monotonia *versus* riqueza e emotividade: tal é, aí, a oposição que negativiza o dialeto caipira. Enquanto o lusitano apresenta uma “pronúncia vigorosa e rápida” (*ibidem*, p. 4), o dialeto caipira traz em si a marca da lentidão, cuja principal causa seria a quase total ausência de “adoçamento e elisão das vogais átonas” (*ibidem*, p. 4), fenômeno fortemente presente no português de Portugal. O excesso de vogais está, aí, associado ao desvio e ao erro, marcas fundamentais do dialeto caipira.

Mas se por um lado o excesso resulta em uma penalização que faz significar língua e sujeito como da ordem da lentidão, por outro lado, quando a falta se apresenta no dialeto caipira, tampouco ela é positivizada. Quando, por exemplo, se olha para a ocorrência de ditongos:

“em Portugal, bem como no falar da gente culta no Brasil, há notório sincretismo no uso dos ditongos *ou* e *oi*. Para o caipira tal sincretismo não existe”, o que leva a pronúncias como “lavôra, ôro, estôro, côro, côve [...]” (*ibidem*, p. 7)

Dito de outra forma, temos a contradição aí operando: é agora a falta que se coloca no lugar do desvio, em contraposição à língua matriz portuguesa, ao passo que, no que se referia à fonética, era o excesso que colocava o dialeto no lugar do erro. O que se observa, de qualquer modo, é, tanto num caso quanto em outro, a oposição “dialeto caipira” *versus* “língua portuguesa”, em que o primeiro é posto no lugar da falha, dialeto percorrido por desvios, dialeto limitado e pobre; e o segundo, no lugar da legitimidade, no lugar da língua bem falada e rica. Se o falante caipira pronuncia demoradamente as vogais, o excesso se faz impeditivo de uma pronúncia “vigorosa e rápida”, rica em diferentes modos de pronúncia de vogais; se o falante caipira suprime a semivogal dos ditongos, a falta se faz desvio e erro.

Sobressai, pois, a oposição entre língua do/no Brasil, que está para a dialeção, e língua portuguesa de Portugal, que está para a legitimidade, para o bem falar e, finalmente, para a alta literatura.

Tanto é assim que, ao chegarmos aos aspectos lexicais, deparamo-nos com a lista de “vocabulário” colhida por Amadeu Amaral. Ali, sua lógica de incluir/excluir aquilo que constará como vocabulário típico do dialeto caipira se inscreve no lugar do lusitano: ao se efetuar o registro do léxico do dialeto

caipira, àquilo que é colhido só é dada existência pelo discurso literário português; dito de outro modo, Amaral só registra vocábulos que ainda estejam em uso pelos “roceiros” e, ao mesmo tempo, tenha sido usado na (considerada) alta literatura portuguesa. É, mais uma vez, a língua de Portugal que sustenta e permite variações, mas que irremediavelmente permanece como legítima língua matriz:

“Este glossário não se propõe reunir [...] todos os brasileirismos correntes em S. Paulo. Apenas registra vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta. [...] Deixamos de lado, em regra geral, aqueles [vocábulos] que não temos visto usados senão em escritos literários.” (Amaral, p. 36)

Não será de espantar, a partir daí, que muitos dos vocábulos recolhidos tragam, junto à sua definição, um exemplo de uso colhido de textos de Camões, Gil Vicente e Padre Vieira, ainda que seja para ilustrar o próprio dialeto caipira:

- i) para, por exemplo, exemplificar o uso de “atanazar”, recorre-se a Gil Vicente: “Veis aqueles azotar/Com vergas de hierro ardiendo/Y despues atanazar?” (*idem*, p. 49);
- ii) para exemplificar “estumar”, recorre-se a Gregório de Matos: “Estimando-lhe um cão pecheuigue/O demo do gato botou ceitel” (*ibidem*, p. 102);
- iii) e, para exemplificar “antão”, recorre-se a nada menos que *Os lusíadas*, de Camões: “Filhos forão, parece, ou companheiros./E nella antão os íncolas primeiros” (*ibidem*, p. 43).

O olhar volta-se para o dialeto caipira, na tentativa de capturar e listar seu vocabulário próprio; no entanto, o que permite, sustenta e legitima a captura é o discurso lusitano, através do discurso literário de Portugal. Só se pode capturar aquilo que de antemão esteve presente na considerada alta literatura portuguesa. Tem-se, novamente, a língua matriz de Portugal como referência básica, elemento fundamental, estando o dialeto caipira em condição de assujeitamento, em condição de variação dessa língua-base, em condição de dialetação, inconstância e flutuação, sem constituir língua.

Em síntese, Amaral propõe-se a capturar o “falar do caipira”, listando seu vocabulário; propõe-se a olhar para o Brasil; propõe-se a nomear e descrever um aspecto (a saber: o dialeto caipira) do “linguajar brasileiro”. Ao instituir, nomear e descrever tal dialeto, no entanto, inscreve-se na posição-sujeito do português, instaurando uma discursividade e uma memória tais que, a partir

de então, torna-se evidente e natural que o “dialeto caipira” só pode ser da ordem do desvio, do erro, da anedota. Funda-se uma discursividade em que o dialeto caipira é colocado como parte deturpada de um linguajar nacional também já em condição de corrupção; é em Amadeu Amaral, ainda, que se dá esse gesto de nomear e descrever tal “dialeto caipira”, dando-lhe um desenho, circunscrevendo-o e dando-lhe, em última análise, um lugar.

A anedota trazida por Cereja e Magalhães funda-se em larga medida no “mau uso” da língua, mau uso este marcado fortemente no r retroflexo (“os pedar”), invariavelmente associado ao falante caipira e, daí, ao “mau uso”, ao desvio, ao vício. Retoma-se aí aquilo que já está em Amadeu Amaral posto como “alterações normais” dos fonemas, em relação à língua de Portugal:

Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. **Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones.** (Amaral, 1920, p. 5, grifo nosso)

O exemplo de Cereja e Magalhães, pois, vem atestar a permanência no imaginário disso que doravante se denomina e se entende como “dialeto caipira”; o exemplo de Cereja e Magalhães, finalmente, vem atestar que, tal é essa discursividade fundada por Amaral, é evidente e natural que o dialeto caipira só pode estar no lugar da deturpação, do erro, do riso e da anedota, parte atrasada e deturpada de um linguajar brasileiro já ele mesmo corrompido, tomando-se como referência a língua-matriz lusitana, lugar da alta literatura e da legitimidade.

Referências

- AGUALUSA, José Eduardo. *Milagrário pessoal*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>>. Acesso em: 10/03/2012.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização* Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*: 6º ano. São Paulo: Atual, 6ª. ed., 2010.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- DIAS, Luiz Francisco. “O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica”. In: ORLANDI, Eni. (org) *História das ideias linguísticas*. São Paulo: Pontes, 2001
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. “Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso”. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 61-70.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos Estudos do Português do Brasil: a Gramatização Brasileira”. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2006.
- HENRY, P. “A história não existe?” In: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.
- _____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro, Campinas: Revan e Editora da Unicamp, 1998.
- MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. (org.). *Idéias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG, 2010.
- MATTOS, Thiago. *Dizeres de língua nacional nos anos 20: entre o literato e o filólogo*. Projeto FAPERJ (E-26/102.313/2011).
- MEDEIROS, Vanise. *Dizer (d)o brasileiro: língua e sujeito*. Projeto FAPERJ (E-26/102-252/2009).
- _____. “A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK” Revista 25 da Anpoll, no. 25, jul/dez, 2008-11-26 - ISSN 1414.7564

- _____. “Jornal, arquivo e instrumento lingüístico”. In: *Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG; RJ: FAPERJ, 2010.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. (org) *História das ideias lingüísticas*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. Campinas: Cortez, 2002.
- _____. “Apresentação”. In: ORLANDI, Eni. (org) *História das ideias lingüísticas*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. “Vão surgindo sentidos”. In.: ORLANDI, ENi (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.